

## A Constituinte

## O novo líder se rebela. E fracassa.

## O lobby militar: mais conforto e mordomia.

Muito bem instalados no Congresso Nacional, os militares não terão muitas dificuldades para realizar o seu lobby na Constituinte, pelo menos do ponto de vista do conforto físico. Enquanto os assessores parlamentares dos ministérios civis circulam pelos salões e corredores do Congresso, por falta de escritórios, os assessores militares ocupam um andar inteiro do Anexo I do Senado, com amplas salas e confortáveis móveis.

O andar ocupado pelos assessores parlamentares dos ministérios do Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-maior das Forças Armadas tem toda uma infra-estrutura montada exclusivamente para a instalação dos assessores. Segundo o comandante Luiz Paulo Reguffe, assessor parlamentar do ministro da Marinha, todo este aparato criado para os militares existe desde 1969 e nada foi modificado nesse período. Ele garante que na assessoria da Marinha trabalham apenas seis funcionários do Ministério.

A verdade é que esse confortável andar ocupado pelos lobistas militares pode ser visto como um agradável quartel-general, de onde eles poderão obter dos constituintes a manutenção do seu papel de defesa da ordem interna, na futura Constituição — atribuição que eles defendem e fazem questão de revelar. Apenas alguns dos ministérios civis têm os seus assessores parlamentares devidamente instalados no Congresso, mas mesmo assim o espaço físico destinado a eles não são tão amplos e confortáveis como o dos militares.

Se os outros ministérios não têm assessores instalados no Congresso é porque não têm nenhum interesse em defender suas causas. Nós estamos instalados desde o início de Brasília e sempre demonstramos interesse em conservar este espaço", afirma um oficial da Marinha que trabalha na assessoria.

Hoje, no entanto, será muito difícil alojar os assessores parlamentares de todos os ministérios no Congresso, uma vez que há uma grande disputa pelo espaço físico.

Se não fosse pela forte oposição do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, prestaria esclarecimentos sobre as medidas econômicas que o governo pretende adotar ao plenário da Constituinte, no próximo dia 26. Foi o próprio líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, que propôs a fórmula para isso aos líderes partidários, ontem, durante rápida reunião num intervalo dos trabalhos da Assembléia. Conforme a proposta apresentada por Luiz Henrique, os debates com o ministro seriam disciplinados não pelo regimento interno da Constituinte, mas pelo regimento da Câmara.

A proposta do líder peemedebista deixou exultantes os líderes do PT, PCB, PC do B, PL, PSD e PDC, que já se preparavam para comemorar em plenário, quando o deputado José Lourenço chegou e disse que não concordaria de nenhuma maneira com a convocação do ministro da Fazenda. Surpreendido pela reação do líder pefelista, o deputado Luiz Henrique encerrou os entendimentos com uma única frase: "Assim não dá".

Participaram da conversa com o líder do PMDB os deputados Valdo Barbosa, do PDT, Luís Inácio Lula da Silva e José Genoíno, do PT, Roberto Freire, do PCB, Haroldo Lima, do PC do B, José Maria Eymael, do PDC, e Adolfo de Oliveira, do PL, além do senador Jamil Haddad, do PDT. Mais tarde, pouco depois de o plenário ter rejeitado o requerimento de convocação do ministro, o deputado Haroldo Lima comentou que Dilson Funaro só não vai comparecer pe-



A orientação era para rejeitar a convocação do ministro Funaro. Mas o líder Luiz Henrique, reunido com líderes de outros partidos, quis aprovar. O PFL vetou.

rante o plenário da Constituinte porque "o PFL quer mostrar ao governo que é mais fiel do que o PMDB". Ele lamentou que o líder do PMDB se tenha submetido à posição do líder do PFL.

## O início

A história começou com a apresentação, ontem, do requerimento de convocação de Funaro, subscrito pelas lideranças de quase todos os partidos, à exceção principalmente do PMDB e do PFL. E apesar da posição favorável do líder do PMDB, Luiz Henrique, a grande maioria do PMDB e do

PFL garantiram em plenário a decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, contra o requerimento.

Ulysses afirmou que o requerimento não tinha amparo jurídico, não estando previsto nas normas provisórias que regem o funcionamento da Constituinte. Por isso, o encaminhamento à Mesa da Câmara, que é a Casa adequada para, por decisão do Plenário, acolhê-lo ou não (a Câmara, porém, só votará a funcionar a partir de 1º de março, pois até lá todo o Congresso continua em recesso).

## REGIMENTO

## O novo prazo final: 15 de novembro.

A Nova Constituição deverá ser promulgada até 15 de novembro, segundo previsão feita, ontem, pelo relator das emendas ao regimento interno, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que considerou o prazo prefixado pelo partido — 7 de setembro — "muito pequeno" para a conclusão dos trabalhos nas comissões constitucionais técnicas e no plenário. Somente hoje o relator divulgará a íntegra do projeto de regimento porque ainda há duas questões polêmicas, que dizem respeito à liderança dos pequenos partidos e ao funcionamento da Câmara e do Senado.

Efetivamente, deverá começar apenas no dia 16 de março — uma segunda-feira — o trabalho das oito comissões constitucionais técnicas, com um prazo de cerca de 60 dias para elaborar os seus anteprojetos específicos, que seriam encaminhados, então, à nona comissão, a de sistematização, que teria 40 dias para aprovar ou rejeitar as propostas. Como esses prazos são muito flexíveis, Fernando Henrique Cardoso acredita que por volta de agosto é que o projeto chegaria ao plenário, para discussão e aprovação em torno de dois meses.

A possibilidade de referendo po-

pular sobre a nova Constituição, antes da promulgação pela Assembléia Nacional Constituinte, deverá ser decidida pela comissão de sistematização e colocada no capítulo das "disposições transitórias", que serão elaboradas por esta comissão. Também a cargo da comissão de sistematização ficará a redação do preâmbulo da nova Constituição, a introdução onde estão as definições básicas de Carta Política.

## Atraso

O relator, que somente vai divulgar o seu parecer-substitutivo hoje à tarde, depois de entregá-lo aos líderes partidários, informou que dois

Em seguida, Ulysses aceitou recurso do líder do PDC, José Maria Eymael, pela votação em plenário. E foi feita a votação nominal, com a decisão de Ulysses sendo mantida por 247 votos contra 121 e duas abstenções.

Ao final da votação, os deputados Haroldo Lima e José Genoíno argumentaram, através de questão de ordem, que não fora atingido o quórum de maioria absoluta, ou seja, 280 votos. Basearam o protesto no Artigo 30 das normas provisórias da Constituinte, que exige a maioria absoluta. Ulysses Guimarães respondeu que o quórum na votação foi de 310 parlamentares e a maioria qualificada foi atingida.

Assim que Ulysses abriu a sessão, às 14h10, o deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, perguntou-lhe a que horas anunciaria sua decisão sobre o requerimento apresentado na véspera.

"Às 16 horas, no horário da liderança" — respondeu o presidente da Constituinte. A inquietação começou a tomar conta do plenário, no entanto, quando, às 16h20, oradores do "pinga-fogo" continuavam a ser chamados e Ulysses não voltara ao plenário para reasumir a direção dos trabalhos. "Quero saber se não está havendo uma obstrução da Mesa, o que seria um novo instrumento parlamentar" — perguntou Adolfo de Oliveira, líder do PL. Bocaiuva Cunha (PDT-RJ) também cobrou a observância do horário. Ulysses chegou às 16h31 e justificou o atraso: estava esperando que as lideranças chegassem a um acordo sobre o assunto.

"Cargos? Isso não é comigo." Foi, assim que o líder da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, reagiu, ontem, ao ser indagado se as negociações que realiza com vistas à formação de nova base de sustentação para o governo envolve, de alguma forma, a distribuição de 10 mil cargos nos escalões intermédios da administração federal, que foram divulgados pela imprensa.

Carlos Sant'Anna explicou também que, nas conversas que vem mantendo com os parlamentares, essa questão, ou a da reforma ministerial não são colocadas. "Pelo que sei, não há idéia de reforma ministerial até agora", acrescentou.

A uma observação de que agora a situação é diferente, pois na época da candidatura de Tancredo Neves o que se vivava era o fim do regime militar, o deputado Carlos Sant'Anna observou que o objetivo agora é a consolidação da democracia.

"Estamos vivendo uma época de transição e é um equívoco pensar que ela é plena. A consolidação dessa conquista passa pela estabilidade política da Nova República", frisou o líder governista.

## Poder de barganha

Outros peemedebistas, que no entanto não quiseram ser identificados, acreditam que as negociações atribuídas ao líder Carlos Sant'Anna devem incluir a distribuição de cargos e, possivelmente, até ministérios, caso contrário, argumentam, "ele não teria poder de barganha".

O coordenador da bancada do PMDB da Bahia, deputado Jutahy Júnior, contestou a versão, afirmando que esse tipo de distribuição de cargo surte efeito, pois o governo precisaria de um emprego para dar a cada constituinte com vistas a obter apoio para as propostas do seu interesse.

## Ex-parlamentares

Enquanto isso, o ex-líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, e o ex-primeiro vice-presidente da Câmara, Haroldo Sanford, derrotados nas últimas eleições, foram nomeados como assessores técnicos do atual primeiro-secretário da Casa, deputado Paes de Andrade, também do PMDB, eles foram contratados para exercer cargo de confiança, um DAS-3, com uma remuneração média de aproximadamente vinte mil cruzados. Como cargo é de confiança ambos deverão deixar a função com o término do mandato do primeiro-secretário, em fevereiro de 89.

Advogado, jornalista e escritor, Freitas Nobre receberá Cz\$ 7.410 mil cruzados de vencimentos, mais Cz\$ 6.298 de representação, acrescidos de 80% de gratificação de função, o que deverá somar entre vinte e vinte e dois mil cruzados, dependendo do número de sessões realizadas na Câmara; Haroldo Sanford, engenheiro, receberá valores iguais.

O primeiro-secretário da Câmara, Paes de Andrade, explicou que só nomearia para o cargo de assessor pessoa com comprovada capacidade técnica para exercê-la e formação universitária, como exige a lei. Disse, porém que jamais indicaria para tal função pessoa de sua família.

Embora não tenham sido publicadas no Diário do Congresso as nomeações, outros ex-parlamentares poderão ser aproveitados em funções semelhantes. A diretoria-geral da Câmara não informou quantos ex-deputados serão contratados, pois os processos de nomeação ainda estão tramitando. O ex-deputado José Linhares, por exemplo, que foi afastado do cargo de assessor técnico, função que exercia na 2ª vice-presidência, deverá ser reaproveitado em outro cargo, ainda não definido.

## Senado

Além do ex-senador Passos Porto, que foi nomeado diretor-geral do Senado pelo seu atual presidente, o senador Humberto Lucena, os ex-senadores Gilvan Rocha, de Sergipe, e Evandro Carreira, do Amazonas, foram também aproveitados em funções administrativas na Casa. Ambos foram nomeados pelo então presidente da Casa, senador Jarbas Passarinho. Gilvan Rocha é assessor no Serviço Médico, enquanto Evandro Carreira exerce função semelhante no Prodasen — Serviço de Processamento de Dados.

O senador Humberto Lucena explicou ter indicado Passos Porto para a diretoria-geral porque ele tem, além de qualificação, condições de pacificar os vários grupos em que se divide a administração da Casa, o que, segundo ele, "já aconteceu".

# JETON

O regimento interno da Constituinte é que vai determinar a equiparação dos salários parlamentares aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, segundo informou ontem o autor da proposta, deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), 2º vice-presidente da Câmara. A medida deverá ser incluída, depois, no texto da futura Constituição, caso seja aprovada pela Assembléia. O deputado explicou que a medida depende, apenas, da aprovação da bancada do PT, que deverá reunir-se hoje, em Brasília, para tratar do assunto. Os demais partidos, segundo ele, aprovaram integralmente.